

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Leilão de energia supera expectativas e atrai R\$ 11,1 bilhões	2
Título: Analistas esperam bons resultados de Vale e Petrobrás no terceiro trimestre	3
Título: Competição e subsídios	4
Título: Procuradores do Nordeste vão à Justiça por plano contra óleo.....	6
Título: Chorar sobre o óleo derramado não reduz os danos	7
Título: Mancha polui cartão postal	7
Título: Petrobrás cancela o contrato com a McLaren	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Governo extinguiu comitês contra desastres por óleo	8
Título: Praia de Carneiros, joia do litoral de PE, é atingida pelo óleo	12
VEÍCULO: O Globo	13
Título: Governo fará leilão de petróleo na Amazônia Azul	13
Título: PPP, saída para a iluminação	14
Título: Tragédia sem igual para corais no país	15
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	18
Título: MPF move ação contra a União	18

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 19/10/2019****Seção: Economia****Autor: REUTERS****Título: Leilão de energia supera expectativas e atrai R\$ 11,1 bilhões**

Contratação de energia do evento ficou acima da expectativa de analistas; projetos devem começar a operar em 2025

O leilão de energia A-6 realizado pelo governo ontem contratou usinas que somarão 2,9 gigawatts em capacidade, volume que superou expectativas de analistas e deverá representar investimentos de cerca de R\$ 11,16 bilhões na implementação dos projetos, que devem iniciar operações em 2025. Projeções de consultorias especializadas no setor apontavam para a compra de 500 megawatts a 800 megawatts, bem abaixo do resultado efetivo após quase quatro horas e meia de disputa na licitação. “Estamos hoje festejando, os analistas de mercado de energia até ontem estimavam um volume muito abaixo. Conseguimos uma compra quase duas, três vezes dos valores previstos”, disse a jornalistas o secretário de planejamento do **Ministério de Minas e Energia**, Reive Barros.

O certame registrou preço médio de R\$ 176,09 por megawatt, o que representou deságio de 33,73% frente aos preços teto definidos pela licitação, segundo dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Em coletiva de imprensa, autoridades definiram como favoráveis os preços obtidos e destacaram que a contratação garantirá energia suficiente para atender o crescimento do país, mostrando ainda otimismo quanto às próximas licitações.

O secretário Barros projetou que o nível de contratação do leilão realizado ontem poderá se repetir ou até aumentar nos próximos anos. “Nossa expectativa para 2020 é que se mantenha nesse patamar, até porque estamos hoje com reforma da Previdência ainda incompleta, reforma tributária por vir, reforma administrativa. Em 2020, vamos estar com outro nível de situação no país.”

Divisão. Entre as empresas vencedoras, que venderam energia no leilão, aparecem a brasileira Eneva, com a térmica Nova Venécia, de 92,2 megawatts, a francesa Voltalia, com dois parque solares em total de 80 megawatts e uma pequena hidrelétrica de 16 megawatts, além da norueguesa Statkraft, com projeto eólico de 75,6 megawatts, segundo relatório da CCEE. Usinas eólicas foram a fonte com maior volume negociado, com 1,04 gigawatt em capacidade,

seguidas pelas termoeletricas a gás, com 734 megawatts, e pelos parques solares, com 530 megawatts – confirmando as expectativas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Renato Carvalho

Título: Analistas esperam bons resultados de Vale e Petrobrás no terceiro trimestre

Broadcast: de olho nas ações

Na próxima quinta-feira, Petrobrás e Vale divulgarão seus resultados do terceiro trimestre de 2019, e os analistas demonstram otimismo em relação aos números que serão apresentados pelas empresas. Os relatórios de produção das duas companhias, divulgados nesta semana, baseiam as estimativas positivas dos profissionais do mercado. Pedro Galdi, analista da Mirae Asset, acredita que o grande destaque do balanço da Petrobrás será a relação dívida líquida/Ebitda, que já deve demonstrar melhora com a política de venda de ativos. “Considerando o preço médio do petróleo na faixa de US\$ 55 o barril e o efeito cambial, esperamos bons números de faturamento e Ebitda. O lucro líquido tende a superar o mesmo período do ano anterior”, afirma Galdi.

Para a Vale, o analista da Mirae acredita em um resultado forte, considerando o volume de produção, o câmbio em alta e o preço do minério de ferro acima de US\$ 90/tonelada. “Essas premissas indicam forte geração operacional de caixa e para este trimestre aguardamos que as deduções relacionadas ao acidente de Brumadinho não sejam tão intensas, permitindo apresentação de lucro líquido importante”, avalia. Para André Ferreira, analista da My- Cap, o único ponto do relatório de produção da Petrobrás que desperta certa preocupação é a queda das vendas de derivados, por conta do encolhimento do mercado local. Pelo lado positivo, Ferreira aponta principalmente a produção no pré-sal, que já representa mais de 60% do total.

No caso da Vale, os números de produção aumentaram a chance de a mineradora atingir seu guidance de venda para este ano, segundo Ferreira. “Para o próximo trimestre, seguirá no radar a questão da guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, que no trimestre anterior ocasionou alta volatilidade na cotação do minério. Com a sinalização de uma trégua entre as duas potências, a empresa tende a se beneficiar”, diz o analista da MyCap. Ricardo Peretti, estrategista de Pessoa Física da Santander Corretora, também aponta o bom desempenho da Petrobrás no pré-sal, e destaca a ausência de interrupções significativas durante o terceiro trimestre. “Olhando à frente,

estimamos que a produção no quarto trimestre precisaria crescer algo como 3% para atingir nossa estimativa de crescimento de produção de 5% em 2019.”

Sobre a Vale, Peretti aponta que o terceiro trimestre confirmou a sequência de recuperação das atividades após Brumadinho. Mesmo com as vendas ficando um pouco abaixo do esperado pelo Santander, o estrategista espera uma compensação por meio da queda nos custos de produção, “resultando em um Ebitda de US\$ 5,145 bilhões, 11,8% maior do que o registrado no segundo trimestre”. Além disso, se o quarto trimestre da mineradora também for sólido, abre a possibilidade de retomada no pagamento de dividendos. Foram feitas poucas mudanças nas carteiras recomendadas. A Guide fez uma alteração, colocando Via Varejo ON. A Mirae fez duas trocas, colocando BRF ON e Localiza ON. A MyCap fez três mudanças, inserindo Banco do Brasil ON, Eletrobras ON e MRV ON. A Nova Futura só manteve Sanepar PN em sua carteira, que passa a ser composta também por BRF ON, Eletrobras ON, Petrobrás PN e Iguatemi ON.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/10/2019

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Competição e subsídios

A competição por fontes de energia não tem sido necessariamente benéfica para o consumidor cativo. Embora se busque a modicidade tarifária como princípio, o fato de se vender energia incentivada para consumidores livres acaba onerando excessivamente o consumidor cativo, que paga por esse subsídio. Assim, os consumidores livres se beneficiam de preços menores do que preços em situação de competição equânime entre fontes sem subsídios.

Logo, há um processo de transferência de renda um pouco perverso, pois clientes de alta-tensão que têm o benefício das fontes incentivadas, mas cujo poder de compra é superior ao cliente residencial de baixa tensão, se beneficiam de uma oferta de energia barata, já que as tarifas de eletricidade do mercado cativo são oneradas pelo rateio de uma série de subsídios. Mas o problema não é só direto. Tem, também, o indireto. Com o fato de privilegiarmos as fontes renováveis não convencionais e usinas a fio d'água como suprimento marginal nos últimos 15 anos, aumentamos sobremaneira a volatilidade de preços no curto prazo. Consequentemente, passamos a ter maior dependência de chuvas e do despacho das termoelétricas, mais caras.

Desta forma, o efeito de privilegiar excessivamente tais fontes tem sido negativo para o consumidor cativo, porque transformou o consumidor livre num consumidor subsidiado. O mercado de energia elétrica livre garantiu economia

de R\$ 118 bilhões a estes consumidores em suas contas de eletricidade nos últimos 16 anos. Atualmente, o mercado livre representa 30% de toda a energia elétrica consumida no Brasil e atende cerca de 6 mil consumidores livres e especiais, que estão entre os maiores do País. Os preços da energia no mercado livre foram em torno de 29% menores que as tarifas reguladas das distribuidoras no mesmo período.

Portanto, seria muito importante considerar essas questões no planejamento da flexibilização dos limites para consumidores livres e no planejamento da matriz energética. Quando a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) pensa em custo mínimo global para Custo Marginal de Expansão, está correta. Porém, ao não permitir leilões regionais ou por fontes com sinal locacional, acaba-se tendo o risco de, por exemplo, ser construída uma Itaipu de térmicas no Rio de Janeiro e, depois, gastar enormes quantias para levar essa energia até onde está a intermitência (Nordeste e, de certa forma, Norte, pelo regime de chuvas).

E isso com a construção de linhas de transmissão de 1 mil km, 2 mil km, etc. Será que se está garantindo o mínimo custo global para o sistema? Ou seria melhor a construção de gasodutos, que permitiriam a apropriação do atributo locacional que as térmicas têm? Isso sem falar na possibilidade de indução de desenvolvimento regional. Afinal, gasodutos, ao contrário das linhas de transmissão, podem ser seccionados, criando oportunidades para as localidades por onde passa essa infraestrutura. O fato é que daqui para a frente deveria existir uma concorrência entre gasodutos e linhas de transmissão.

Outro tema atual que também envolve subsídios pagos pelo consumidor cativo é o crescimento da geração distribuída. Descentralizar a geração de energia é saudável. A geração distribuída usando a solar é um exemplo de sucesso. Desde que pague pelo uso da rede, para não onerar novamente e desmedidamente o cativo. Tem-se chegado ao absurdo de afirmar que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estaria taxando o sol. O que está por trás disso é a defesa de um subsídio Robin Hood às avessas, que tira dos pobres para dar aos ricos.

Um melhor planejamento da matriz poderia, e ainda pode, prevenir custos desnecessários aos consumidores cativos e contribuir para o rico e oportuno debate da desoneração da tarifa. Mercado livre deveria ser preço puro e simples, sem qualquer preocupação com a fonte de energia. Nesse mercado a competição é por preço, e não pelos atributos da fonte de energia. Enquanto houver preocupação com o atributo da fonte no mercado livre, não existirá racionalidade econômica para a sua expansão. E, neste caso, o cativo continuará pagando a conta.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 19/10/2019****Seção: Metrópole****Autor: Fausto Macedo Luiz Vassallo Pepita Ortega****Título: Procuradores do Nordeste vão à Justiça por plano contra óleo**

Em ação civil, eles argumentam que houve ‘omissão’ da União e cobram protocolo para minimizar danos

Procuradores dos nove Estados do Nordeste ajuizaram uma ação civil pública para obrigar o governo federal a acionar, em 24 horas, em toda a costa, da Bahia ao Maranhão, um plano para conter os danos da poluição causada pelas manchas de óleo que atingem o litoral brasileiro. No texto, os procuradores argumentam que a União se mantém “omissa, inerte, ineficiente e ineficaz” mesmo com a “extrema gravidade” do derramamento de óleo. Segundo o Ibama, 187 localidades foram atingidas, em 77 municípios.

Para os procuradores, houve omissão do Executivo ao não acionar o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC). Instituído em 2013, por meio de decreto do governo federal, o documento descreve procedimentos para responder a vazamentos de petróleo. Caso a União não cumpra eventual decisão judicial, os procuradores pedem multa de R\$ 1 milhão por dia – valor que seria revertido para ações na região. Membros do Ministério Público Federal (MPF) deverão acompanhar a execução do plano.

Anteontem, a Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do MPF enviou ofício ao ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e ao presidente do Ibama, Eduardo Bim, em que pede detalhes sobre o acionamento do PNC. Procurado pela reportagem ontem, o Ministério do Meio Ambiente não havia respondido até as 21 horas. Ao Estado, anteontem, Salles, afirmou que o PNC foi, sim, acionado.

Leilão. As causas do derramamento de óleo estão sendo investigadas. Em um vídeo ao vivo na manhã de ontem, o presidente Jair Bolsonaro insinuou que o poluente poderia ter relação com um leilão de petróleo. “Poderia – os senhores não precisam responder, não – ser uma ação criminosa para prejudicar esse leilão?”, indagou, dirigindo-se ao ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, e a representantes da Marinha. Ninguém respondeu.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 19/10/2019****Seção: Metrópole****Autor: Alexander Turra, Margareth Copertino e Leandra Gonçalves****Título: Chorar sobre o óleo derramado não reduz os danos**

Este já é o pior desastre no litoral, em termos de extensão geográfica, e as falhas na resposta do poder público centram-se em aspectos técnicos e de gestão. Instrumentos e informações para orientar a contenção de derramamentos são precários. Um exemplo é a ausência de radares de alta frequência que avaliam, em tempo real, presença de óleo e direção das correntes, informações básicas para alimentar modelos computacionais que permitem localização e caça de manchas.

Mesmo assim, a utilização do conhecimento sobre as correntes marítimas, associado à cronologia dos eventos de dispersão das manchas, permitiu a pesquisadores da USP e do Inpe estimar o local provável do vazamento. A demora para o início da reação ao impacto crescente aponta para deficiências de gestão. O Plano Nacional de Contingência deveria estar operacional. O Grupo de Acompanhamento e Avaliação, formado por Ibama, Marinha e Agência Nacional do Petróleo (ANP), foi acionado tardiamente. Faltou coordenação do governo federal, articulação com os demais níveis da federação e transparência com a sociedade. É pouco chorar pelo óleo derramado... O oceano e a sociedade merecem muito mais do que isso!

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 19/10/2019****Seção: Metrópole****Autor:****Título: Mancha polui cartão postal**

A praia de Carneiros, em Tamandaré (PE), amanheceu manchada de óleo ontem. Arrecifes também foram atingidos, segundo a prefeitura. A região recebe milhares de turistas todos os anos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 19/10/2019****Seção: Esporte****Autor: Adriana Fernandes / BRASÍLIA****Título: Petrobrás cancela o contrato com a McLaren**

Fórmula 1. Acordo, no valor de R\$ 872 milhões, tinha validade de cinco anos e foi classificado como “injustificável”

A Petrobrás cancelou o contrato de patrocínio da estatal com a equipe McLaren na Fórmula 1. A informação foi dada pelo Ministério da Economia. O valor do contrato era de 163 milhões de libras esterlinas (R\$ 872,5 milhões). Documento elaborado pela equipe do secretário de Política Econômica (SPE), Adolfo Sachisida, classifica o contrato como “injustificável”. O acordo, por cinco anos, foi assinado quando a Petrobrás era comandada por Pedro Parente, durante o governo Michel Temer. Em fevereiro deste ano, a Petrobrás havia informado que estava revendo a política de patrocínios. Em maio, o presidente Jair Bolsonaro anunciou no Twitter que estava buscando uma maneira de rescindir o contrato com a McLaren.

A Petrobrás tem diminuído o investimento em patrocínio ao esporte. A decisão foi tomada a partir da chegada de Roberto Castello Branco à presidência da estatal. Alguns projetos estão perdendo o apoio ou as suas verbas foram diminuídas. A empresa não é a única estatal que está revisando seus gastos no esporte. Os contratos dos Correios com algumas confederações esportivas, como a de Desportos Aquáticos, Rúgbi, Tênis e Handebol, terminaram ou se encerram nos próximos dias e não houve sinalização para renovação.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/10/2019

Seção: Especial

Autor: Phillippe Watanabe e Nicola Pamplona

Título: Governo extinguiu comitês contra desastres por óleo

Governo Bolsonaro extinguiu comitês do plano de ação de incidentes com óleo

Procuradoria entra com ação e pede que União acione o projeto no maior desastre ambiental no litoral

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO- A extinção por parte do governo Jair Bolsonaro (PSL), em abril, de mais de 50 conselhos deu fim a dois comitês que integravam o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Água (PNC), instituído em 2013.

Na quinta-feira (17), o Ministério Público Federal entrou com ação contra o governo federal por omissão diante do maior desastre ambiental no litoral brasileiro e pediu que a Justiça Federal obrigue a União a colocar o PNC em ação em 24 horas.

Segundo a Procuradoria, a União não está adotando as medidas adequadas para responder à emergência.

Até a sexta-feira (18), 18710-cais de 77 municípios do Nordeste foram atingidos por manchas de óleo, segundo o Ibama. O MPF afirma que 2.100 km nos nove estados da região foram afetados desde o fim de agosto, quando as primeiras manchas de óleo foram avistadas na Paraíba.

Segundo fontes ouvidas pela Folha no Ministério do Meio Ambiente, no Ibama e em ONGs, a extinção dos conselhos pode ser parte da explicação para a demora e a desorganização do governo no combate às manchas de óleo.

Instituído pelo governo Dilma Rousseff (PT), o PNC tem o objetivo de preparar o país para casos justamente como esse. Também prevê a organização de diferentes órgãos do governo e a definição de procedimentos para atuação conjunta de agentes públicos na resposta a incidentes de poluição por petróleo ou combustíveis em águas brasileiras.

Por decreto, Bolsonaro extinguiu conselhos, comissões, comitês, juntas e outras entidades criadas por decretos ou por medidas administrativas inferiores no primeiro semestre. Foram mantidos apenas aqueles criados na gestão atual e os criados por lei.

Na estrutura do PNC havia dois comitês que foram extintos: o Executivo e o de Suporte. Ambos eram compostos por Ministério do Meio Ambiente, **Ministério de Minas e Energia**, Marinha, Ibama, Agência Nacional do Petróleo, entre outros.

Seria do Comitê Executivo a atribuição de elaborar simulados e treinamento de pessoal e manter recursos para a resposta à emergência. Era dele também a responsabilidade de elaborar o manual de resposta a emergências, que ainda não teria sido aprovado.

Já ao Comitê de Suporte cabia a indicação de recursos humanos e materiais para ações de resposta a incidentes com óleo e liberar a entrada de profissionais ou equipamentos importados no país.

Conforme prevê o plano, o governo criou um grupo de acompanhamento e avaliação, composto por representantes da Marinha, do Ibama e da ANP, que analisa a situação e define prioridades na atuação da Petrobras.

Pesquisa nos arquivos da Marinha e do Ibama, porém, mostra que as poucas ações compreenderam a participação e ou realização de seminários sobre o tema. Em um deles, na semana passada, coube à Petrobras simular sozinha o combate a uma emergência.

Não há informações sobre a atuação das outras estruturas previstas no plano, como o Comitê de Suporte.

Segundo o decreto, a liderança do Plano Nacional de Contingência é da autoridade nacional, representada pelo Ministério do Meio Ambiente.

Mas, até o momento, os trabalhos de limpeza e contenção do petróleo vêm sendo feitos pela Petrobras, embora a empresa não seja apontada como responsável pelo derramamento, sob coordenação do Ibama.

Em nota, o instituto diz que realiza a avaliação do impacto e direciona as ações de resposta, enquanto a estatal responde pela contratação de mão de obra e organização das frentes de trabalho.

A Petrobras diz ter mobilizado cerca de 1.700 pessoas para a limpeza das áreas impactadas e mais de 50 empregados próprios para planejamento e execução da resposta. A estatal acionou os centros de defesa ambiental e estruturas de emergência em suas unidades operacionais.

Ainda não está claro quem pagará os custos da operação. Procurado, o Ministério do Meio Ambiente ainda não respondeu questões sobre o acionamento e funcionamento do Plano Nacional de Contingência.

A extinção dos comitês do PNC é uma parte do problema, agravado por deficiências nos quadros do MMA, segundo Anna Carolina Lobo, coordenadora do programa mata atlântica e marinho da WWF-Brasil.

Pesa ainda a complexidade do vazamento enfrentado, considerando que ainda não se conhece sua origem ou tamanho real, o que dificulta possíveis medidas de contenção, e o fato da mancha de óleo normalmente se mover abaixo da superfície do mar, o que dificulta a detecção por satélite.

Com a extinção dos dois comitês pelo governo Bolsonaro, o Grupo de Acompanhamento e Avaliação tornou-se o membro mais importante do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Água (PNC).

Um especialista em petróleo que preferiu não se identificar afirma que a extinção não deveria ter, a princípio, prejudicado a resposta do governo, já que os comitês serviam para assessorar o grupo.

Segundo fontes ouvidas pela reportagem, o governo demorou a perceber o tamanho do problema, e, portanto, foi lento a agir de forma mais contundente para conter a crise.

“Se o plano nacional fosse acionado e colocado em prática, haveria um centro de ação centralizado e mais transparência”, afirma Thiago Almeida, porta-voz do Greenpeace.

As declarações de Jair Bolsonaro sobre o assunto centraram-se em suposições sobre uma suposta ação criminosa, sem que haja provas. O presidente também sugeriu que ONGs teriam ignorado o derramamento de óleo.

Ataques a ONGs têm feito parte da postura do governo na área ambiental. Apesar da fala do presidente, organizações que atuam na área manifestaram-se sobre o tema.

O presidente voltou ao assunto nesta sexta (18). Desta vez, questionou se o vazamento poderia ter sido cometido intencionalmente para prejudicar o megaleilão da cessão onerosa, previsto para novembro.

“Poderia ser uma ação criminosa para prejudicar esse leilão? É uma pergunta que está no ar”, disse o presidente em vídeo transmitido no Facebook ao lado do ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, e oficiais da Marinha.

Ele voltou a ressaltar no vídeo que o óleo é venezuelano. O Ibama confirmou a origem, mas disse que isso não significa que a Venezuela seja a responsável pelo vazamento.

A Venezuela negou na semana passada responsabilidade no caso. O ministro da Defesa disse que provavelmente é um crime ambiental porque não houve notificação — não há confirmação de que se trata de um vazamento de um navio.

Pelo Twitter, o presidente afirmou na quinta-feira (17) que o governo federal montou uma força tarefa para interceder no assunto. Ele cita a participação de 1.700 agentes ambientais e 50 funcionários da Petrobras na operação coordenada pelo Ibama.

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, por sua vez, fez dois sobre voos no litoral para conferir as manchas de óleo. Na quarta-feira, disse que a hipótese mais provável é que o material “tenha vazado de um navio, seja durante transporte de um navio para o outro, seja uma avaria ou despejamento.”

A visita foi criticada pelo governador Rui Costa (PT). “Se reúne em sigilo, posa para foto na praia e vai embora. Nenhuma ligação deu. Mostra o descaso, desrespeito”, disse.

Salles ainda afirmou que não é possível saber quanto ainda existe de óleo no mar nem como prever se novas manchas aparecerão. O ministro não respondeu às ligações e mensagens da Folha.

Colaborou Paulo Saldaria, de Brasília

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/10/2019

Seção: Especial

Autor: João Valadares

Título: Praia de Carneiros, joia do litoral de PE, é atingida pelo óleo

Mutirão realizado por donos de pousadas e pescadores remove parte das manchas que surgiram nesta sexta

Recife- A praia de Carneiros, um dos principais cartões postais do turismo pernambucano, no município de Ta-mandaré, no litoral sul do estado, amanheceu cheia de manchas de óleo nesta sexta-feira (18). O mesmo local, de acordo com órgãos ambientais, havia sido afetado de maneira bem mais branda no início de setembro.

A mancha desta manhã chegou com a maré cheia, por volta das 6h. Donos de pousadas, pescadores e servidores da prefeitura de Tamandaré realizam um mutirão para tentar remover o material. Às 11h, boa parte da praia já havia sido limpa.

Um dos locais mais atingidos foi em frente ao quiosque Bora Bora, ponto bastante famoso da praia.

Na tarde de quinta (17), um sobrevoo de helicóptero detectou que havia no mar uma grande mancha de óleo, com três metros de diâmetro, em deslocamento para a costa.

Um plano emergencial do governo pernambucano, com instalação de boias de contenção, foi ativado. Pouco mais de uma tonelada de óleo foi recolhido no mar.

O local atingido faz parte da área de preservação ambiental Costa dos Corais.

Nesta sexta, o plano preparado pelo governo para conter o avanço do petróleo não conseguiu evitar a poluição.

O secretário de Meio Ambiente de Pernambuco, José Bertoti, afirmou que é impossível saber de onde estão vindo todas as manchas. “Não houve falha.

Aquilo que é possível de monitorar, a gente consegue. Tecnicamente, é impossível proteger 200 quilômetros com boias.”

Ele informou que foram instaladas barreiras de contenção em dois rios da região. “Estamos priorizando o sobrevoo para localizar as manchas. Vamos trabalhar para fazer o que conseguimos ontem”, declarou.

Bertorti comunicou que já não tem mais boias de contenção e mantas para absorção do óleo. “Nós fizemos uma nova solicitação para a Capitania dos Portos e para o Ibama, mas ainda não recebemos o retorno”, destacou.

Na tarde de quinta, o governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), que integra o bloco nordestino de oposição ao governo Jair Bolsonaro (PSL), cobrou uma resposta definitiva. “É fundamental que o governo federal identifique a fonte desses vazamentos para que novas contaminações não voltem a acontecer.”

Na quarta-feira (16), uma grande mancha chegou até Japaratinga, litoral norte de Alagoas. O material também afetou a cidade de Porto de Pedras. No local, há um projeto de proteção de algumas espécies de peixe-boi.

Na quinta, o óleo atingiu as praias de Ondina e a região do Farol da Barra, em Salvador, no limite da entrada da baía de Todos-os-Santos. Pelotas do material surgiram nas duas praias, que ficam em regiões de grande interesse turístico e junto a um dos principais circuitos do Carnaval.

Em todo o Nordeste, ao menos 187 locais de 77 municípios nos nove estados foram atingidos pelo óleo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/10/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Governo fará leilão de petróleo na Amazônia Azul

Seis blocos serão ofertados em 2020 em área com potencial de ampliar as reservas brasileiras em 50%. A licitação será feita na modalidade de concessão, em que as petroleiras assumem sozinhas o risco de exploração

BRASÍLIA- O governo aprovou ontem ofertar blocos exploratórios de petróleo no mar além do limite de 200 milhas náuticas (cerca de 370 quilômetros da costa) estabelecido pelas Nações Unidas (ONU) como a área de exclusividade econômica do país, conforme antecipado pelo GLOBO. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) decidiu incluir seis blocos nessa faixa na 17a. Rodada

de Licitações, na modalidade de concessão, marcada para 2020. Toda essa área, junta, pode ampliar as reservas brasileiras em 50%.

O Conselho também criou um grupo de trabalho que vai tratar da exploração e da produção de petróleo e gás natural na área, incluindo eventuais medidas para a regulamentação da atividade na chamada Extensão da Plataforma Continental Brasileira. Hoje a área tem exclusividade para aproveitamento econômico do subsolo pelo Brasil.

O governo quer abrir uma nova fronteira de exploração de petróleo à iniciativa privada. “Atualmente, o principal foco é a faixa próxima ao pré-sal, em que, no caso de se confirmar descobertas, há expectativas de se aumentar o volume de reservas de petróleo e gás do Brasil em cerca de 50%, as quais hoje são estimadas em 15,9 bilhões de barris”, informou o **Ministério de Minas e Energia**.

É a primeira vez que o governo dá estimativas do potencial de petróleo na área fora da Zona Econômica Exclusiva. O limite de 350 milhas náuticas é o novo marco que o Brasil reivindica para sua plataforma continental jurídica junto à ONU desde 2004, para ampliar sua exploração de riquezas minerais no mar.

São áreas já estudadas pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), pelo Serviço Geológico Brasileiro e pela Marinha, que encontraram evidências de reservas não apenas de petróleo, mas de outros minerais, como cobalto e manganês. Por isso, os militares chamam essa faixa litorânea de Amazônia Azul.

Há um entendimento no governo de que, após ter feito o pedido de expansão da plataforma à ONU, uma nação pode ofertar essa área à exploração privada (restrita à extensão do conceito geológico de margem continental).

Um ponto favorável à atração de petroleiras é que, por não estarem no polígono do pré-sal — onde o leilão de blocos é feito sob o regime de partilha da produção entre operador e União —, os blocos da Amazônia Azul podem ser licitados sob regime de concessão, em rodadas convencionais da ANP. Neste modelo, as petroleiras assumem sozinhas o risco da exploração.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/10/2019

Seção: Artigos

Autor: Guilherme Martins e Paulo Roberto Oliveira

Título: PPP, saída para a iluminação

Foram a leilão mês passado as concessões da iluminação pública de Porto Alegre e Teresina. Essas cidades se juntam a Belo Horizonte, que há dois anos

iniciou a prestação desse serviço via Parceria Público-Privada (PPP), e a outros sete projetos que estão sendo estruturados pelo BNDES e que beneficiarão oito milhões de pessoas.

A iluminação é decisiva para a qualidade de vida, impactando o lazer noturno, o comércio, a segurança e o trânsito. Mas o serviço é deficiente no Brasil, onde predominam as lâmpadas a vapores metálicos, que falham muito e têm alto consumo de energia.

O caminho da mudança é usar novas tecnologias, como as lâmpadas de LED, que trazem ganhos de eficiência de 40% a 60% e têm o dobro da vida útil, reduzindo o custo de troca e manutenção. Além disso, oferecem melhor qualidade de iluminação, com menor impacto ambiental.

A modernização da iluminação pública é também um passo rumo às “cidades inteligentes”, provendo infraestrutura para interligar as redes de energia e transportes, entre outras. Para tanto, não faltam recursos, pois os municípios podem cobrar na conta de luz a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública.

O problema é que a prestação dos serviços é feita pela iniciativa privada, em geral via licitação, cujo prazo máximo de contratação é de cinco anos. Tal restrição limita a capacidade de investimento, pois o retorno financeiro precisa ser obtido em pouco tempo. Em geral, os contratos preveem só manutenção e troca de lâmpadas queimadas.

É mais efetiva a prestação via PPP. Dos parques que o BNDES avaliou, 14% dos pontos cumpriam as normas da ABNT de qualidade da iluminação pública. Depois de implantados os projetos, esses parâmetros servem como indicadores de desempenho que condicionam o pagamento ao concessionário, garantindo um serviço muito melhor. E o gasto total pelo município ficou igual ou próximo do já praticado. Está na hora de ter cidades mais iluminadas.

Guilherme Martins e Paulo Roberto Oliveira são, respectivamente, chefe e gerente da Área de Estruturação de Parcerias de Investimentos do BNDES

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/10/2019

Seção: Sociedade

Autor: Ana Lucia Azevedo

Título: Tragédia sem igual para corais no país

Cientistas dizem que recifes nunca sofreram ameaça tão grave

Considerada uma das mais belas e limpas praias do Brasil, Carneiros, em Tamandaré, Pernambuco, retratava ontem a devastação causada pelo maior desastre com petróleo em extensão do país. As manchas de óleo cobriram a areia e recifes de coral. E, a despeito do esforço de voluntários, os corais são praticamente impossíveis de limpar, pois o óleo é tóxico para eles e os produtos de descontaminação (dispersantes) existentes são ainda mais nocivos.

Especialistas afirmam que este já é o pior desastre da história para os corais brasileiros, porque atingiu os recifes num momento em que se recuperavam de um branqueamento (processo que leva à morte) sem precedentes, causado pela elevação da temperatura do mar. Importantes para o turismo, os recifes de corais são fundamentais para a atividade pesqueira, pois numerosas espécies de peixes, crustáceos e moluscos precisam deles para se reproduzir.

—Nunca houve um ano tão terrível para os corais do Brasil quanto este. Tivemos um branqueamento recorde de corais em maio e junho, com mortalidade de até 90%, no caso de uma espécie importante. Agora, o óleo atinge os corais nordestinos num momento em que eles começavam a se recuperar —destaca Gustavo Duarte, pesquisador do AquaRio e do Laboratório de Ecologia Microbiana e Molecular (LEMM) daUFRJ, onde são desenvolvidos estudos de vanguarda sobre corais.

PARAÍÇOS MACULADOS

Carneiros fica no norte da Costa dos Corais, entre Alagoas e Pernambuco, a segunda maior barreira de recifes de corais do mundo. Com cerca de 150 quilômetros, ela só é menor do que a Grande Barreira, na Austrália.

Também junto à fronteira com Alagoas, uma enorme mancha de óleo foi avistada no mar, sobre recifes, em São José da Coroa Grande. O óleo voltou a atingir ontem Pernambuco e Alagoas, onde chegou à praia de Maragogi.

Ninguém sabe dizer ainda quantos recifes coralinos foram afetados, já que as manchas se espalham por 187 municípios de nove estados e mais de 2.200 quilômetros de litoral.

Mas Barbara Pinheiro, do Laboratório de Recifes de Corais e Mudanças Globais da Universidade Federal da Bahia, diz que, além da Costa dos Corais, foram atingidos recifes no Pontal do Peba (foz do São Francisco, Alagoas), na Praia do Forte e na Ilha de Itaparica, na Bahia. Cientistas dizem que levará anos até que os danos possam ser bem avaliados.

Raquel Peixoto, que coordena as pesquisas no LEMM e no AquaRio, explica que o óleo afeta o metabolismo e a reprodução dos corais e das algas que vivem em

simbiose com eles e lhes dão cor e alimento. É a morte das algas que causa o branqueamento e, em consequência, a destruição.

Um estudo inédito do LEMM revelou que mais de 90% dos corais da espécie *Millepora alcicornis*, uma das mais importantes construtoras de recifes no Brasil, morreram neste ano. Um coral de 50 cm pode levar 20 anos até se recuperar. Outras espécies também foram afetadas pelo branqueamento, entre elas o coral-cérebro, que só existe no Brasil e cujo período de reprodução começará quatro dias antes da próxima lua nova, no dia 28.

—Recifes atingidos por óleo são como florestas que pegaram fogo, a recuperação leva décadas—diz ela.

O biólogo marinho Clemente Coelho Júnior, do Instituto Bioma Brasil e da Universidade de Pernambuco (UPE), diz que a situação é muito preocupante:

— Ainda não sabemos o quanto dos recifes foram comprometidos pelo óleo. Ele também entrou nos mangues de rios da região. Não entendemos até agora porque o governo federal não decretou emergência—lamentou ele, que acompanha o desastre desde o início.

BOLSONARO INSINUA CRIME

Ontem, o presidente Jair Bolsonaro questionou, numa transmissão ao vivo por suas redes sociais, se não haveria uma relação entre o derramamento de óleo e o leilão da cessão onerosa do pré-sal, marcado para 6 de novembro.

—A gente tem que ter responsabilidade no que fala, mas poderia ser uma ação criminosa para prejudicar esse leilão? É uma pergunta que está no ar.

Já o Ministério Público Federal entrou com uma ação contra a União por omissão, pedindo que a Justiça obrigue o governo federal a acionar o Plano Nacional de Contingência dentro de 24 horas. A ação requer uma multa diária de R\$ 1 milhão em caso de descumprimento.

O MPF afirma que a União foi omissa em não acionar o plano e considera que a situação precisa ser reparada pelo Poder Judiciário. O pedido abrange os nove estados afetados. Para os procuradores, a União se limitou a “fazer limpeza de praias” e não tomou medidas necessárias voltadas para áreas sensíveis.

O desastre também causa discussão entre Procons do Nordeste e o de São Paulo. O Fórum do Procons Nordeste criticou a orientação divulgada pelo de SP de que o consumidor teria direito a cancelar ou remarcar a viagem que estivesse programada para a região atingida. Para os nordestinos, isso só seria válido no caso de praias consideradas impróprias.

(Colaboraram Gabriel Sinohara e Eduardo Bresciani, de Brasília, e Luciana Casemiro)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 19/10/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: MPF move ação contra a União

O Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação contra a União e alega omissão do governo no desastre das manchas de óleo que atingem o litoral nordestino. A Procuradoria quer que a Justiça dê 24 horas para o governo federal colocar em ação o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas. As manchas de óleo se espalham desde o início de setembro e atingem 187 pontos dos nove estados nordestinos.

Em caso de descumprimento da implementação do plano, o MPF requer uma multa diária de 1 milhão de reais. A ação foi ajuizada na quinta-feira e assinada pelos procuradores da República de todos os estados atingidos pelo óleo.

“Não obstante à extrema gravidade do desastre ambiental, com todos os dados e impactos demonstrados, e ainda a decretação de emergência pelos estados de Sergipe e da Bahia, fato é que a União se mantém omissa, inerte, ineficiente e ineficaz. Não há, pois, razão plausível mínima para não se implementar, de imediato, o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional. E, pela legislação e pelos fatos, a medida que se impõe”, diz a ação. O MPF também pede que um representante de cada órgão de meio ambiente de todos os estados envolvidos integrem o comitê de suporte à implementação do plano.

Ontem, a praia dos Carneiros e a Praia da Boca, em Tamandaré (PE), amanheceram manchadas de petróleo cru ontem. Em São José da Coroa Grande, cidade vizinha, a prefeitura decretou estado de emergência na quinta. No estado, são 24 pontos atingidos até o momento, segundo o Ibama.

Apesar de a Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco ter dito não haver o componente químico no estado esta semana, as manchas voltaram a surgir por causa da força das marés. “Dia 2 de setembro apareceu em Tamandaré. Era do tamanho de uma bolacha (cada mancha). Mas de ontem (quinta) para hoje (sexta), veio muito óleo mesmo. Estamos correndo contra a maré, que está enchendo. A tendência é uma parte ficar soterrada e outra voltar para a água”, afirma Joab Almeida, da Associação de Garis Marítimos. “A gente tem uma unidade de conservação de corais, que é uma das maiores. Se

esse piche estiver sobre a unidade, acaba o banco de corais”, teme Almeida.

A prefeitura de Tamandaré confirmou pela manhã que parte dos arrecifes, próximos à Praia dos Carneiros, foi atingida pela substância. A Marinha, a Petrobras, a Transpetro e a Defesa Civil do estado colocaram boias para conter o avanço do óleo no Rio Pissinunga e no Rio Una.

Investigações

Os dois clientes da Shell que compraram os tambores encontrados com a borra de petróleo sob suspeita de contaminar as praias de toda a região Nordeste serão acionados pela Marinha e Polícia Federal para que prestem informações.

A Shell, fabricante e dona original dos tambores de lubrificantes, encaminhou ao governo brasileiro dados de dois compradores dos produtos encontrados no Brasil.

A primeira é a empresa Hamburg Trading House FZE, uma distribuidora baseada nos Emirados Árabes, que adquiriu 20 tambores do lote encontrado na costa brasileira. O segundo cliente é a empresa Super-Eco Tankers Management, baseada em Monrovia, na Libéria, na África Ocidental, que comprou cinco tambores do lote da Shell.

A Shell confirmou que os tambores usados para armazenar lubrificantes, e não petróleo, foram produzidos e comercializados por empresas do grupo localizadas na Europa e no Oriente Médio. O governo ainda investiga se o material da empresa é o mesmo que polui 187 pontos da costa brasileira. O lote de tambores, que tem data de 17 de fevereiro de 2019, foi produzido em Dubai pela Shell Markets. Depois, esses tambores foram comercializados por outra empresa do grupo, a Shell Eastern Trading (SET) no Porto dos Emirados Árabes.

Morte de Bombeiros no Rio

Três bombeiros morreram quando combatiam um incêndio em uma boate no Centro do Rio ontem à tarde. Um quarto integrante da corporação foi internado em estado grave no Hospital Souza Aguiar. O Corpo de Bombeiros não divulgou os nomes das vítimas.

Em nota, os bombeiros informaram que será aberta uma sindicância para apurar o que ocorreu. Extraoficialmente, em grupos de bombeiros em redes sociais, circulou a versão de que o fogo já estava controlado, na fase de rescaldo e, por isso, os soldados estavam sem equipamento de proteção.

No entanto, um vazamento de gás que não tinha sido percebido teria

provocado uma explosão e um desabamento parcial, atingindo os militares que estavam dentro do imóvel.

“Todos eles tinham mais de 10 anos de serviço, era um incêndio simples, que não parecia ter nenhuma complicação. Estava sob controle”, disse à imprensa o comandante do Corpo de Bombeiros, coronel Roberto Robadey. Ele afirmou que a inalação de fumaça foi a causa da morte dos militares e disse estar surpreso com a tragédia.

“Não houve desabamento ou explosão. Andei todo o espaço e não houve. O Corpo de Bombeiros do Rio dispõe dos melhores equipamentos do mundo. Foi inalação de fumaça, e não sabemos o porquê. Eles estavam com as máscaras. Todos os equipamentos estão em dia”, afirmou.

O fogo começou por volta das 11h30. O antigo casarão, onde funcionava a boate Whisqueria Quatro por Quatro, estava vazio e o fogo foi rapidamente controlado num primeiro momento.

Quatro caminhões e outros três veículos dos Bombeiros foram mobilizados para apagar o incêndio. Depois do incidente que resultou nas mortes, a fumaça negra aumentou, indicando que o fogo recrudescera.

O prédio tem quatro andares, com início na Rua Buenos Aires e se prolonga ao longo do quarteirão até a Rua da Alfândega. As primeiras informações apontavam que uma das possibilidades estudadas é de que o fogo pode ter iniciado na cozinha, no terceiro andar.

Chegam a sete vítimas de desabamento

Subiu para sete o número de mortos no desabamento do Edifício Andréa, em Fortaleza. A sétima vítima foi identificada como Vicente de Paula Menezes, de 86 anos e era casado com Izaura Marques Menezes, 81, e pai de Roseane Marques de Menezes, de 55 anos, também vítimas do desabamento, e avô de Fernando Marques, que foi o primeiro sobrevivente retirado dos escombros. Três pessoas ainda estão desaparecidas.

A Perícia Forense do Estado do Ceará (Pefoce) também confirmou a identidade de Maria da Penha Bezerril Cavalcante, 81, cujo corpo foi retirado na quinta-feira. As demais vítimas identificadas são Nayara Pinho Silveira, 31, Antônio Gildasio Holanda Silveira, 60, e Frederick Santana dos Santos, 30.

Por meio de nota, a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS) informou que os trabalhos de busca continuam. “Servidores do Sistema de Segurança cearense atuam de forma ininterrupta nas buscas por

sobreviventes”, diz a nota.

Até o momento, sete pessoas foram resgatadas com vida dos escombros. Dos resgatados, três já tiveram alta. A situação de uma das pacientes não foi divulgada pela família, porém o quadro dos demais é estável. O prédio desabou na manhã de terça-feira (15), por volta das 10h30

MME / ASCOM .